Assembleia Nacional de Cuba rejeita resolução do Parlamento Europeu

Havana, 12 de julho (RHC) A Comissão de Relações Internacionais da Assembleia Nacional do Poder Popular (ANPP) rejeitou hoje com veemência a resolução do Parlamento Europeu de conteúdo altamente interferente e que difama a realidade da Ilha.

A declaração sublinha que o Parlamento Europeu não tem autoridade moral, política e jurídica para julgar Cuba.

O Parlamento Europeu adoptou hoje uma resolução sobre as declarações do Conselho e da Comissão Europeia e sobre o estado do Acordo de Diálogo Político e de Cooperação entre a União Europeia (UE) e Cuba, após a visita a Havana do Alto Representante da UE para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Josep Borrell, por ocasião do Terceiro Conselho Conjunto Cuba-União Europeia.

Declaração da Comissão de Relações Internacionais da Assembleia Nacional do Poder Popular (ANPP)

A Comissão de Relações Internacionais da Assembleia Nacional do Poder Popular (ANPP) repudia veementemente a resolução aprovada pelo Parlamento Europeu no dia 12 de julho, na sequência do debate realizado no dia 13 de junho naquele órgão, referindo-se às declarações do Conselho e da Comissão Europeia, e ao estado do Acordo de Diálogo Político e Cooperação (APPC) entre a União Europeia (UE) e Cuba, após a visita a Havana, em maio, do Alto Representante da UE para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Josep Borrell, por ocasião do Terceiro Conselho Conjunto Cuba-UE.

A Comissão de Relações Internacionais da ANPP sublinha que o Parlamento Europeu não tem autoridade moral, política e jurídica para julgar Cuba. À semelhança de anteriores resoluções sobre Cuba, aprovadas pela atual legislatura, o texto tem um conteúdo altamente ingerente, difamando não só a realidade cubana, o seu sistema jurídico e Estado de Direito, mas também as relações que Cuba mantém com outros Estados de forma soberana, no estrito cumprimento do direito internacional. Ao mesmo tempo, reflete a aplicação de dois pesos e duas medidas na emissão de juízos de valor sobre questões a que o Parlamento Europeu não presta atenção no território dos seus próprios Estados-Membros e noutras partes do mundo. O silêncio do Parlamento Europeu sobre o ressurgimento do fascismo pode ser visto como cúmplice.

O debate que serviu de base a esta resolução revelou uma forte carga ideológica por parte de um grupo de deputados conservadores e de extrema-direita, alguns com ligações conhecidas a políticos anti-cubanos nos Estados Unidos, cujo objetivo é impedir o atual curso das relações entre Cuba e a União Europeia, com base no ADPC assinado pelos 27 Estados-Membros. Para atingir os seus fins, tentam ignorar os resultados do Terceiro Conselho Conjunto Cuba-UE, realizado no passado dia 26 de maio, e distorcem fatos, dados e números. Mentem deliberadamente para questionar a evolução positiva das relações entre Cuba e a União Europeia, nos seus diversos âmbitos, a cooperação inclusive.

Esse debate, no qual intervieram representantes de alto nível de outras instituições, como o Conselho e a Comissão Europeia, mostrou tanto a validade da ADPC para avançar no desenvolvimento de relações mutuamente benéficas, como a ineficácia de posições unilaterais e interferentes que noutros momentos impediram o diálogo e a cooperação.

Agradecemos a posição dos eurodeputados que, cingindo-se à evidência e à verdade histórica, denunciaram que a tentativa contra o diálogo e a cooperação em curso é uma homenagem servil da ultradireita europeia à política do Governo dos Estados Unidos contra o povo cubano, universalmente rejeitada todos os anos na Assembleia Geral das Nações Unidas.

Esta resolução contribui para a tentativa dos EUA de isolar Cuba a nível internacional e de justificar o seu bloqueio genocida que tantos danos tem infligido ao povo cubano ao longo de mais de 60 anos. É também um ataque às empresas da UE que investem em Cuba ou que estão interessadas em fazê-lo, e expressa o desejo da extrema-direita e das forças políticas afins de privar a União Europeia da sua própria política independente em relação a Cuba.

Alertamos para o fato de que a aprovação desta Resolução, que singulariza um país da América Latina e do Caribe, vai contra os princípios de respeito, inclusão e cooperação com que se pretende organizar a Terceira Cúpula CELAC-UE, que se realizará dentro de poucos dias em Bruxelas, e pode pôr em causa os objetivos de uma União Europeia que procura relançar as suas relações com a América Latina e o Caribe.

Apelamos aos deputados europeus para que respeitem o Acordo de Diálogo Político e Cooperação entre a União Europeia e Cuba, o compromisso dos seus Estados-Membros e a posição de outras instituições da União Europeia, como o Conselho e a Comissão Europeia, bem como para que ouçam os sentimentos de amplos sectores das sociedades europeias que defendem a consolidação do diálogo e contribuem para o desenvolvimento de intercâmbios e colaboração no interesse mútuo.

Havana, 12 de julho de 2023.

---

https://www.radiohc.cu/pt/noticias/nacionales/328160-assembleia-nacional-de-cuba-rejeita-resolucao-do-parlamento-europeu

Radio Habana Cuba